

Acordo entusiasmo Bresser

O economista Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro da Fazenda no governo Sarney, recebeu com entusiasmo o acordo com os bancos credores. "É um passo importante no sentido de um acordo definitivo", afirmou em nota enviada de Detroit, nos Estados Unidos, onde se encontra. Bresser Pereira considera que o acordo "foi feito em condições bastante favoráveis para o Brasil, naturalmente com concessões de ambas as partes". Trata-se, a seu ver, do primeiro passo para um entendimento sobre o pagamento do principal da dívida externa.

"Como o País deverá continuar a pagar 30% dos juros correntes, formou-se um entendimento entre devedor e bancos credores de que os 70% restantes não serão considerados como atraso e, portanto, não impedirão que se chegue a um acordo sobre o principal da dívida", observa o ex-ministro da Fazenda. "O governo brasileiro continua firme em sua posição de restringir o pagamento da dívida não só às limitações de ordem cambial, como também e, principalmente, fiscal", acrescenta.

Bresser Pereira chama a atenção para um detalhe, que é o fato

de a dívida externa ser de responsabilidade fundamentalmente do Estado, que "só poderá pagá-la se dispuser não só de dólares, mas também de cruzeiros".

Atraso

"O acordo é bom, mas vem com um ano de atraso", esta foi a reação do deputado Antônio Delfim Netto (PDS-SP), ao comentar ontem o acerto feito pelo Brasil com os bancos credores, para pagamento de cerca de US\$ 8 bilhões de juros atrasados da dívida externa. Segundo Delfim Netto, que foi ministro da Fazenda no governo Médici e do Planejamento no governo Figueiredo, o anúncio do acordo cria condições para recuperação do crédito brasileiro no exterior, acabando com o clima de indefinição e desconfiança que marcou os últimos anos.

O ex-ministro declarou que nada vê de extraordinário no acordo, "que é um acordo normal". A vantagem dele, em sua opinião, é abrir espaço para futuras negociações sobre o total da dívida externa. Para Delfim Netto, o País não deverá ter dificuldades para pagar, em nove parcelas mensais, até o fim do ano, os US\$ 2 bilhões prometidos aos bancos comerciais.